VI ENCONTRO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
25 a 28 de agosto de 2020
EVENTO ON-LINE • UFRN

AUTONOMIA CAMPONESA E EMPREENDEDORISMO: DOS BANCO DE SEMENTES PARA A MESA – UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BENEFICIAMENTO DE GRÃOS DO MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR DE SERGIPE

Maria Aline Rios de Araújo[1] Gabriel Francisco da Silva[2] Philipe Alves Rolemberg Caetano[3] André Luiz Gomes de Souza[4]

[1]Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
aalinerios@gmail.com

[2]Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
gabrieldasilva1961@gmail.com

[3]Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
philipe_floresta@hotmail.com

[4]Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual- PPGPI
Universidade Federal de Sergipe – UFS – São Cristóvão/SE – Brasil
andredopangea@gmail.com

Resumo

Entende-se a Tecnologia Social (TS) como um conjunto de técnicas e metodologias que podem ser aplicadas e reaplicadas para a solução de problemas sociais, a partir da interação com os atores que a utilizarão. Os Bancos de Sementes são ferramentas importantes da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional das populações do campo e da cidade uma TS que ao fornecer um local seguro para o armazenamento das sementes, possibilita que famílias camponesas tenham domínio do material genético, sem dependerem de políticas de doação de sementes, promove a autonomia camponesa, a preservação da biodiverdidade local, possibilitam a promoção de ações empreendedoras capazes de gerar renda para mulheres e jovens. O acesso a essa TS é possibilitado graças ao trabalho coletivo que envolve organizações sociais, movimentos sociais, agricultores e consumidores. Neste trabalho relatamos a experiência do Movimento Camponês Popular de Sergipe com a estruturação dos Bancos de Sementes e os resultados do trabalho de resgate, multiplicação e beneficiamento de sementes crioulas. Verifica-se que organização social dessa classe tem papel importante no enfrentamento dos problemas associados à seca e conflitos relacionados às práticas e imposições decorrentes dos sistemas convencionais de produção baseados nas técnicas do agronegócio, contribuindo com a Soberania Alimentar e Nutricional, proporcionando melhores condições de comercialização e aproveitamento de oportunidades comerciais, institucionais, e tecnológicas. O abjetivo deste trabalho foi avaliar os efeitos da Tecnologia Social de Bancos de Sementes sobre a garantia da Soberania Alimentar de comunidades camponesas em face às novas iniciativas de autoorganização institucional do campesinato.

Palavras-chave: tecnologias sociais; soberania alimentar; bancos de sementes.

1 Introdução

Entende-se a Tecnologia Social (TS) como um conjunto de técnicas e metodologias que podem ser aplicadas (e/ou reaplicadas) para a solução de problemas sociais, a partir da interação com os atores que a utilizarão. Diferente da Tecnologia Convencional (TC), que é desenvolvida e utilizada pelas empresas privadas (capitalistas) como ferramenta de maximização do lucro privado, a TS promove a inclusão social. (DAGNINO, 2004).

O contexto da produção de alimentos é bastante afetado por questões desenvolvimentistas promovida pelas TC. Além da disputa pelo território agricultável, existe também a disputa pela manutenção da Soberania Alimentar (SA) e pela conservação do patrimônio genético que vem perdendo vez para a cultura dos transgênicos e produção de commodities. Segundo Corrêa (2019), no Estado no Mato Grosso, 98% da produção agrícola é voltada para a produção de *commodities* agrícolas (soja, algodão, milho, cana-de-açúcar e girassol) em detrimento de produtos alimentícios mais frequentes da dieta nacional (arroz, feijão, café banana e tomate).

Ainda sobre as desigualdades sociais promovidas pelas TC a despeito das diferenças existentes entre os diversos agentes, eles vivem em comum certas experiências, como, por exemplo, a situação de insuficiência alimentar que o estado do Mato Groso se encontra devido à subordinação ao mercado distante, que se expressa tanto na comercialização das *commodities* produzidas localmente quanto na dependência de alimentos provenientes de outros Estados para abastecer a região, características do processo de desterritorialização da produção e dos modos de vida. Nesse sentido, o estudo de sistemas alimentares na ocupação dos espaços de produção agrícola pode contribuir para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis (Santos, 2001)

Os primeiros debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) surgiram no período da I Guerra Mundial e tinham como centro da discussão a autossuficiência alimentar em nível nacional, ou seja, à garantia estratégica da produção de alimentos para abastecer a população a fim de mitigar os impactos do conflito provocados por cercos militares ou boicotes políticos (ADAS, 2004).

No decorrer dos anos, o debate foi evoluindo, até que dois marcos importantes surgiram, o primeiro tange a diferenciação entre os conceitos de Segurança e de Soberania Alimentar, o segundo marco, tange no sentido da internacionalização do debate, que em novembro de 1996, a convite da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) chefes de Estado de vários países (inclusive do Brasil) reuniram-se em Roma para debater o assunto da fome no mundo na Cimeira Mundial de Alimentação. Nesta Cimeira, os líderes de Estado assumem o compromisso de erradicar a fome em todos os países até o ano de 2015 e definem a Segurança Alimentar e Nutricional como quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (FAO, 1996).

Já o conceito de Soberania Alimentar, que ao longo do tempo passa a ser um princípio político dos movimentos sociais ligados à Via Campesina[1] e outros movimentos sociais do campo como o Movimento Camponês Popular (MCP), visto como a proteção da agricultura como estilo de vida essencial à reprodução dos camponeses. Para essa organização, a soberania trata-se de:

> O direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel

1 Criada em 1993, a Via Campesina é um movimento internacional de camponesas e camponeses com aproximadamente 150 organizações políticas oriundas de 70 países. No Brasil, estão articulados nela o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001)

> fundamental […]. A Soberania Alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

A produção de sementes pelos próprios agricultores é uma atividade intrínseca à produção camponesa. Uma expressão da constante luta por autonomia, que é uma característica da condição camponesa: ao manejar sua base de recursos (criação de animais, seleção de sementes, utilização de pastagens), os agricultores buscam agir de forma que a agricultura corresponda aos seus interesses e aspirações, o que envolve, sempre que possível, preservar sua autonomia (PLOEG, 2008).

A preservação dessa autonomia está diretamente atrelada à preservação da Soberania Alimentar. Enquanto as sementes oriundas do setor empresarial são produzidas a partir da lógica de desconexão das práticas agrícolas com a natureza resultado das TC, as sementes crioulas são fruto de uma lógica inversa: a conexão entre as condições ecológicas locais e a diversidade cultural das comunidades que manejam as variedades, além disso, ao dominarem o processo produtivo da semente desde a produção ao armazenamento podem exercer do direito de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população.

A dependência das TC por parte dos agricultores é um problema evidente no qual, exemplos claros dos problemas percebidos pelos movimentos sociais era o endividamento dos agricultores, a contaminação por agrotóxicos, a situação dos agricultores "integrados" às cadeias de produção agroindustrial, como a de produção de fumo e aves, bem como o empobrecimento das famílias de agricultores e a contaminação das sementes crioulas por transgênicos, como consequência a perda da biodiversidade Corrêa (2019). Segundo Luzzi e Almeida, partindo destes problemas, a partir da década de 1990, os movimentos sociais do campo, nas suas diferentes vertentes, começam a incorporar mais explicitamente a crítica às tecnologias da modernização, e, de forma diferente do que vinha sendo feito até então, passam a reivindicar e elaborar modelos alternativos para produção, ante a percepção crescente de que o acesso às tecnologias convencionais não apenas não era suficiente para melhorar a qualidade de vida dos agricultores, como, frequentemente, era causa de sua deterioração (Reis, 2012).

Reis (2012), considera que:

> Os movimentos sociais passam a ser atores centrais no processo de crítica à modernização conservadora e de terem aliado a luta pelo direito a terra à busca por alternativas produtivas foi essencial para que o debate inicial sobre alternativas tecnológicas fosse reconfigurado. A partir da constituição de empreendimentos constituídos por camponeses e da necessidade de viabilizar economicamente os assentamentos de reforma agrária, a demanda de construção de tecnologias sociais surge não a partir da perspectiva difusionista, mas associada à necessidade de viabilizar estilos de vida alternativos. Ou seja: as tecnologias ditas alternativas passaram a ser demandadas a partir de um contexto transformador e não construídas com a pretensão de, isoladamente, transformar tais contextos. (REIS, 2012, p. 180-181).

A formação de Bancos Comunitários de Sementes, ou simplesmente Banco de Sementes, é uma das estratégias mais utilizadas em comunidades rurais e se destinam, em geral, ao estoque coletivo de sementes, com objetivo de possibilitar que seja garantida a quantidade de sementes necessária para que, na época certa, o plantio seja realizado. Os Bancos de Sementes são também uma segurança para situações em que, por motivos climáticos ou econômicos, os agricultores não conseguiram produzir suas sementes. Então, um "empréstimo" é realizado e, quando a produção é colhida, uma quantidade de sementes um pouco maior é devolvida ao Banco (ALMEIDA, CORDEIRO, 2002). Podendo ser comparado a um banco financeiro, onde a moeda é a semente, essa prática é bastante simbólica e representativa pois, as sementes para os camponeses são sua riqueza.

Desse modo, as práticas camponesas de produção e armazenamento das sementes, são ditas TS pois a) são adaptadas a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; b) não

promovem o controle capitalista, ou seja, não são segmentadas, hierarquizadas ou alienantes; c) são orientadas para a satisfação das necessidades humanas ou para produção de valores de uso; d) incentivam e valorizam a criatividade do produtor direto e dos usuários e, por fim, e) são capazes de viabilizar empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, agricultura familiar e pequenas empresas (DAGNINO, 2009).

A Articulação do Semiárido (ASA)[2] tem um papel importante na convivência com o semiárido. No tocante das Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido, a articulação já foi capaz de conquistar 1 milhão e 250 mil cisternas de placa nas casas dos agricultores, 200 mil tecnologias de acumulação de água para produção de alimentos (cisternas de segunda água), 1 mil Bancos de Sementes, 7 mil escolas com cisternas. Possibilitando acesso à água, sementes e como resultado fornecendo condições de qualidade de vida para as comunidades contempladas (ASA, 2019).

Na perspectiva da produção empresarial das sementes, o modelo hegemônico do agronegócio atende aos interesses individuais em detrimento dos interesses coletivos, dedicam quase que exclusivamente à produção de sementes dos cultivos destinados à exportação ou à indústria contrariando a lógica camponesa de produção de alimentos e dedicam-se a um número pequeno de espécies. Corrêa (2019)

Para Reis (2012), apesar dessa realidade, os sistemas locais de produção de sementes permanecem praticamente invisíveis aos olhos oficiais, e, não raro, práticas que constituem a base desses sistemas são tratados como infração aos direitos de propriedade intelectual (pirataria) ou como um problema a ser superado por políticas de fiscalização e leis ainda mais restritivas.

Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi avaliar os efeitos da Tecnologia Social de Bancos de Sementes sobre a garantia da Soberania Alimentar de comunidades camponesas em face às novas iniciativas de autoorganização institucional do campesinato ao MCP desde o ano de 2015 a 2020 e aos impactos negativos das Tecnologias Convencionais do agronogegócio.

2 Metodologia

O presente estudo se caracteriza por sua natureza descritiva, histórica, documental, qualitativa com levantamentos de dados primários e secundários. Os dados primários são oriundos de registros contábeis do Movimento Camponês Popular (MCP) onde obtivemos informações relacionadas a todo histórico de comercialização de de grãos produzidos pelos agricultores organizados no MCP desde 2015 a 2020. Além de entrevista semi-extruturada, na qual, membros da direção estadual do MCP relataram a cerca dos fatores em envolvem a construção do trabalho de base da organização e como tem sido a evolução do trabalho diante da organização política e social do campesinato.

Os dados secundários foram obtidos através de buscas nas bases de dados científicas *Science Direct* e a Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamente de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As palavras chaves que nortearam a busca da base de artigos científicos foram: “soberania *and* alimentar”, “banco *and* de *and* sementes”, “tecnolog* *and* socia*”, “convivência com semiárido”, “organizaç* *and* soci*” “campesinato”, “programa *and* de *and* aquisição *and* de alimentos”.

Foram adotados dois filtros para a busca: i) busca por artigos ii) *open access*, ou seja, o artigo está disponível para o público, iii) os idiomas analisados foram apenas o português e o espanhol.

2A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Essa rede conecta pessoas organizadas em entidades que atuam em todo o Semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades da região. É é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG´s, Oscip, entre outros. As entidades que integram a ASA estão organizadas em fóruns e redes nos 10 estados que compõem o Semiárido Brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA). (ASA, 2019).

O critério de leitura dos resultados foi baseado em duas etapas: a) leitura do título – caso o título apresentasse um tema pertinente ao assunto buscado ele iria para uma fase da triagem que seria b) leitura do resumo, caso o resumo apresentasse o conteúdo que interessasse aos autores deste trabalho, era feita a leitura deste na íntegra.

Além da busca por palavras-chaves também foram feitas buscas usando o nome de alguns autores que são referência nos assuntos abordados foram ele: Renato Sérgio Maluf (Segurança Alimentar), Renato Peixoto Dagnino (Tecnologias Sociais), Josué de Castro (fome e desigualdade social). Os filtros adotados para estas buscas foram abordaram apenas a disponibilidade de acesso livre ao material. Porém os critérios para leitura do conteúdo encontrado foram os mesmo utilizados na busca por artigos.

A pergunta norteadora que inspirou a elaboração deste trabalho remete à seguinte perspectiva: "qual é o papel dos Bancos de Sementes na salvaguarda da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da famílias do campo e da cidade e esses podem ser considerados Tecnologias Sociais?"

3 Resultados e discussão

O MCP surge em 2008 no estado de Goiás como uma organização de camponesas e camponeses que fazia um contraponto as políticas de incentivo aos agrocombustíveis na agricultura familiar pois acreditam que o papel do campesinato é produzir alimentos. Nesse bojo, o Movimento toma como uma das principais linhas de atuação o trabalho de resgate e multiplicação de sementes crioulas. No ano de 2014 o MCP toma como definição política a construção em outros estados, chegando ao estado de Sergipe no final do ano de 2014.

A análise dos documentos identificados demonstram que no ano de 2015 o MCP inicou seu trabalho de resgate e multiplicação de sementes de milho crioulas no Estado de Sergipe, com o propósito de promover a autonomia camponesa e fortalecer a soberania alimentar do campesinato do Estado. Toda produção de sementes era destinada à comercialização para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA – Sementes)[3] e a produção de grãos direcionada à comercialização ou ração animal.

Segundo Caetano (2019), no ano de 2019 o MCP de Sergipe através da operacionalização do PAA Sementes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) operou a comercialização e distribuição de 17.385 kg de sementes crioulas de milho e 6.000kg de sementes crioulas de feijão, em diversos municípios do estado de Sergipe.

Dentre o trabalho desenvolvido pelo MCP, a Autonomia Camponesa[4] é uma dos principais e para tanto, algumas conquistas foram possíveis através de parcerias com outras organizações sociais e órgãos governamentais. Como relata Caetano (2019):

> Em 2016, obteve-se através de Termo de Cessão junto à Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe (EMDAGRO), duas mesas classificadoras de sementes, e adquiriu-se, no mesmo ano 100 galões de 20 litros de água, que serviram para realizar o armazenamento de sementes, formando o primeiro Banco de Sementes do MCP em Sergipe, no município de Cristinápolis. Em 2017 através de uma parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o MCP pôde adquirir 56 bombonas de 200 litros, podendo estruturar 2 Bancos de Sementes, sendo um em Cristinápolis e um em Tomar do Geru, e em seguida a

3O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.873 de 15 de agosto de 2006, é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivos de garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; contribuir para formação de estoques estratégicos; promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa adquire alimentos, com dispensa de licitação, de agricultores familiares e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas por programas sociais locais. (EMATER, 2018)

4Por Autonomia Camponesa entende-se como a autossuficiência dos agricultores com relação aos insumos agrícolas envolvidos no seu processo produtivo (sementes, adubos, defensivos e beneficiamento). (Carvalho, 2005)

> partir de uma articulação com o Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional, pôde-se obter mais 40 bombonas. No final de 2018, o MCP adquire, com recursos próprios, 70 bombonas plásticas, totalizando uma capacidade de armazenamento de 35 toneladas entre grãos e sementes, e possibilitando a criação de mais um Banco de Sementes, agora no município de Lagarto. (Caetano, 2019)

Desta forma, tem sido estruturado os Bancos de Sementes para atender às necessidades camponesas de forma mais ampla, não se limitando à perspectiva individual, buscando atingir camponesas e camponeses do Estado, não apenas àqueles organizados via MCP.

A partir de 2017 se assumiu o desafio de promover o beneficiamento do milho para produção do Cuscuz de Milho Crioulo. No ano de 2017 foram beneficiados 250kg de milho que renderam cerca de 140kg de cuscuz. A produção piloto foi comercializada na cidade de Aracaju e obteve uma boa aceitação do público consumidor. Com a repercussão positiva, o MCP verificou um nicho de mercado que busca uma alimentação de qualidade isenta de produtos transgênicos. Entre os anos de 2017 e 2020 o MCP beneficiou cerca de 25.000kg de milho crioulo que foram transformadas em 15.000kg de cuscuz. A comercialização dessa produção atingiu diversos Estados do Brasil, tendo em Pernambuco o principal destino para fora de Sergipe, mas também foram destinados para Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com a experiência positiva do beneficiamento e comercialização do cuscuz, o desafio encarado em 2020 foi fazer o mesmo com o feijão. Como o feijão é um alimento que pode ser consumido *in natura* dispensando um maior processamento, seu processo de beneficiamento é mais simples e envolve a limpeza do grão (no intuito de eliminar palhas ou pedras oriundas da colheita) empacotamento e identificação do produto (variedade do feijão, data de beneficiamento e validade).

Para mitigar os impactos sociais associados ao novo Coronavirus o MCP construiu a campanha “MCP Solidário” com fins a arrecadação de alimentos das famílias camponesas para distribuição nas comunidades carentes, sendo distribuído 1,5 tonelada de alimentos arrecadados em ocupações urbanas ligadas ao Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) e a Associação Bom Pastor, ambos na região da Grande Aracaju. Ao todo 150 famílias foram beneficiadas com cestas básicas no qual o Cuscuz e o Feijão eram itens presentes.

Em um segundo momento, o MCP aprovou um projeto junto à Fundação Banco do Brasil que financiava a doação de cestas básicas para famílias carentes. Nesse projeto, 1.100 famílias foram beneficiadas com duas cestas (com um intervalo de 10 dias), ou seja, foram 2.200 cestas básicas de produtos advindos do campesinato local destinado para famílias em situação de insegurança alimentar. Nesse projeto foram contempladas pessoas organizadas no Movimento de Marisqueiras de Sergipe do município de Estância, Cáritas, MOTU em Aracaju e Movimento Quilombola. A partir dessa experiência com as cestas, foi possível beneficiar e comercializar cerca de 4.400kg de feijão, 6.600kg de cuscuz além de outros produtos como macaxeira, batata doce, frutas, milho verde, bolos, pães, entre outros, descartando as intermediações dos agentes atacaditas.

O beneficiamento desses produtos tem sido uma forma sustentável de escoar a produção agrícola, pois promove a autonomia camponesa ao assumir o protagonismo de várias etapas do processo produtivo (produção dos insumos, beneficiamento dos alimentos e comercialização); gera renda e ocupação para as mulheres e os jovens do campo, reduzido a desigualdade entre homens e mulheres e ajudando no combate ao êxodo rural dos jovens, além disso, desta forma, os agricultores não ficam dependendo apenas de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para vender sua produção, construindo os seus próprios canais de comercialização.

4 Conclusão

A situação de insegurança alimentar que muitas famílias ainda convivem hoje são reflexo do acesso desigual ao alimento. Entre os anos de 2012-14 enquanto 806 milhões de pessoas não tem acesso a alimentos nutritivos, de qualidade ou em quantidade suficiente, ⅓ do alimento produzido

em todo mundo é desperdiçado, correspondendo a cerca de 1,3 milhões de toneladas por ano (FAO, 2014). Apesar da situação ter melhorado desde a Cimeira Mundial de Alimentação, onde os países se comprometeram a reduzir a fome pela metade até 2005 a realidade de muitos ainda está longe do ideal. Além disso, as políticas neoliberais do atual presidente podem colocar em cheque a trabalho de anos de luta.

Os Bancos de Sementes são TS com um papel importante na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional pois ao promover um local seguro para o armazenamento das sementes, tornam possível que camponesas e camponeses tenham domínio do material genético, sem ter que depender de políticas (municipal ou estadual) de doação de sementes (que muitas vezes não estão adaptadas às regiões que serão plantadas, ou chegam depois do tempo ideal para plantio); preserva a biodiversidade local; ajuda na promoção da autonomia camponesa; é responsável por promover ações empreendedoras capazes de gerar renda para mulheres e jovens, ajudando a combater as desigualdades de gênero e o êxodo rural dos jovens.

As políticas públicas por sua vez, ainda se fazem importantes e necessárias. Tanto no âmbito de possibilitar a criação e estruturação dos Bancos de Sementes, quanto no sentido de possibilitar aos agricultores a comercialização dos alimentos produzidos de forma digna, sem o intermédio de agentes atacadistas, podendo assim, terem acesso à renda. Enquanto que a organização social desta classe tem seu papel fundamental no tocante da facilitação do acesso a essas políticas.

4 Referências

ADAS, Melhem. **A fome: crise ou escândalo?** 2ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2004.

ALMEIDA, A. CORDEIRO, P. **Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido.** Rio de Janeiro: ASPTA, 2002.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

CAETANO, P. et al. **Resgate, Produção e Distribuição de Sementes Crioulas: A experiência do Movimento Camponês Popular de Sergipe na operacionalização do PAA Sementes em 2018/2019.** Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Anais do XI CBA. 2019

CARVALHO, H. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis , RJ: Vozes, 2005. 405 p. ISBN 8532631770

CORRÊA, M et. al. **Alimento ou mercadoria?: Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil.** SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 43, N. 123, P. 1070-1083, OUT-DEZ 2019.

DAGNINO, R. **A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DAGNINO, R. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** 1. ed. Campinas: UNICAMP, 2009.

EMATER DF. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Brasília, 2018. disponível em http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/paa.pdf#:~:text=O%20Programa%20de%20Aquisi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Alimentos%20%E2%80%93%20PAA%2C,campo%20por%20meio%20do%20fortalecimento%20da%20agricultura%20familiar. Acesso em 15/07/2020.

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition.** Rome, FAO.

FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Cimeira Mundial da Alimentação,** 13 a 17 de novembro. Roma, 1996.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: http://www.viacampesina.org. Acesso em: 06 de jul. 2020

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.
REIS, Maria Rita. **Tecnologia Social de Produção de Sementes e Agrobiodiversidade.** Brasília, 2012. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. p. 180-181.
SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record; 2001.
SILVA, José Graziano da. **Fome Zero: A experiência brasileira.** Brasília: MDA, 2010.